



**2º Simulado Especial**

**Pós-Edital**

# **Senado Federal**

**Analista Legislativo  
Processo Legislativo**

# Simulado Especial

Simulado Especial Senado Federal – Analista Legislativo – Processo Legislativo – Pós edital

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do Senado Federal;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Senado-AL-Processo-Legislativo-09-10>**

- |                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E |                |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E |                |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E |                |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E |                |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E |                |

**PORTUGUÊS**

Felipe Luccas

**TEXTO 1****O QUE É UMA FALÁCIA?**

Na lógica e na retórica, uma falácia é um argumento logicamente inconsistente, sem fundamento, inválido ou falho na capacidade de provar eficazmente o que alega. Argumentos que se destinam à persuasão podem parecer convincentes para grande parte do público apesar de conterem falácias, mas não deixam de ser falsos por causa disso.

**01.** Sobre esse texto, é correto afirmar que:

- a) a expressão inicial “na lógica e na retórica” mostra a tentativa argumentativa de detalhar o conceito de retórica;
- b) o termo “mas” corrige uma informação equivocada que está presente no primeiro período;
- c) o segundo período do texto confirma a ideia inicial do texto, ampliando as informações já fornecidas;
- d) o último período do texto mostra uma conclusão retirada dos dois períodos anteriores;
- e) as informações finais do texto refutam as fornecidas no primeiro período.

**02.** Uma inferência válida a partir do texto é que:

- a) lógica e retórica são noções diferentes
- b) a lógica tolera mais argumentos falsos
- c) a retórica é uma argumentação falsa
- d) a persuasão depende de falácias
- e) argumentos inconsistentes são mais convincentes

**03.** Argumentos que se destinam à persuasão podem parecer convincentes para grande parte do público apesar de conterem falácias, mas não deixam de ser falsos por causa disso.

No período acima, a ênfase recai sobre a informação de que:

- a) argumentos são convincentes apesar da sua falsidade
- b) argumentos falaciosos convincentes não deixam de ser falsos
- c) argumentos destinados à persuasão podem parecer convincentes
- d) argumentos que não se destinam à persuasão podem ser verdadeiros
- e) grande parte do público quer argumentos convincentes

**04.** O texto acima se caracteriza como

- a) uma definição conceitual
- b) uma exposição de motivos
- c) uma sequência lógica
- d) uma narração de conceitos
- e) uma descrição de raciocínios

## TEXTO 2

O texto a seguir expande as considerações sobre o tema “falácias”. Analise-o e responda às questões abaixo.

Reconhecer as falácias é por vezes difícil. Os argumentos falaciosos podem ter validade emocional, íntima, psicológica, mas não validade lógica. É importante conhecer os tipos de falácia para evitar armadilhas lógicas na própria argumentação e para analisar a argumentação alheia.

É importante observar que o simples fato de alguém cometer uma falácia não invalida toda a sua argumentação. Ninguém pode dizer: “Li um livro de Rousseau, mas ele cometeu uma falácia, então todo o seu pensamento deve estar errado”. A falácia invalida imediatamente o argumento no qual ela ocorre, o que significa que só esse argumento específico será descartado da argumentação, mas pode haver outros argumentos que tenham sucesso. Por exemplo, se alguém diz: “O fogo é quente e sei disso por dois motivos: 1. ele é vermelho; e 2. medi sua temperatura com um termômetro”.

Nesse exemplo, foi de fato comprovado que o fogo é quente por meio da premissa 2. A premissa 1 deve ser descartada como falaciosa, mas a argumentação não está de todo destruída.

05. Pelo raciocínio acima disposto,

- a) a conclusão sobre o fogo é falaciosa
- b) a temperatura do fogo não prova que ele é vermelho
- c) o fogo não é vermelho de fato, mesmo sendo quente
- d) não é possível saber a temperatura pelo termômetro
- e) ser vermelho não comprova nem refuta ser quente

06. O texto acima identifica um exemplo de falácia, em seu sentido mais amplo de “raciocínio logicamente inconsistente” usado para soar convincente, mesmo sendo falso; assinale o trecho em que se encontra:

- a) Os argumentos falaciosos podem ter validade emocional, íntima, psicológica, mas não validade lógica.
- b) “Li um livro de Rousseau, mas ele cometeu uma falácia, então todo o seu pensamento deve estar errado”
- c) cometer uma falácia não invalida toda a sua argumentação
- d) pode haver outros argumentos que tenham sucesso
- e) a argumentação não está de todo destruída

07. “Reconhecer as falácias é por vezes difícil. Os argumentos falaciosos podem ter validade emocional, íntima, psicológica, mas não validade lógica. É importante conhecer os tipos de falácia para evitar armadilhas lógicas na própria argumentação e para analisar a argumentação alheia.”

Do primeiro parágrafo é possível concluir que

- a) reconhecer as falácias por vezes não é difícil
- b) argumentos falaciosos são sempre íntimos
- c) é difícil reconhecer as próprias falácias
- d) é difícil reconhecer as falácias alheias
- e) é fácil reconhecer as falácias alheias



08. “pode haver outros argumentos que tenham sucesso”

Sobre o segmento acima, assinale a alternativa incorreta:

- a) verifica-se uma ideia de restrição
- b) ocorrem apenas duas orações no segmento
- c) a primeira oração não traz sujeito
- d) “outros argumentos” é complemento do verbo “haver”
- e) “outros argumentos” é sujeito posposto do verbo “poder”

09. A oração reduzida em “É importante conhecer os tipos de falácia” poderia ser adequadamente desenvolvida na forma:

- a) que se conheça os tipos de falácia
- b) o conhecimento dos tipos de falácia
- c) que se conheçam os tipos de falácia
- d) que seja conhecido os tipos de falácia
- e) conhecermos os tipos de falácia

10. O texto II foi construído com linguagem impessoal, o que lhe confere maior objetividade. Entre os recursos empregados para obter tal efeito, assinale aquele não se verifica no texto.

- a) emprego de infinitivos impessoais
- b) emprego verbos em terceira pessoa
- c) referências genéricas com pronomes indefinidos
- d) citação de experiência própria em “Li um livro de Rousseau”
- e) emprego de voz passiva com agente omitido

11. Uma das formas de indicar-se a coesão num texto é a utilização de formas de paralelismo em sua construção; a frase abaixo que mostra paralelismo em sua estruturação é:

- a) Comprar um carro e alugá-lo não são atos incompatíveis
- b) Sorte no amor, azar no jogo e atraso no trânsito fazem parte da vida.
- c) Quanto mais difícil é fechar um edital, mais altas são as remunerações;
- d) Pelo ofício circular, recomendou-se aos Ministérios economizar energia e que elaborassem planos de redução de despesas;
- e) No discurso de posse, mostrou determinação, não ser inseguro, inteligência e ter ambição.

12. As preposições, em língua portuguesa, podem ser solicitadas por termos anteriores ou não; entre as preposições (combinadas ou não com artigos) destacadas no texto, aquela que depende sintaticamente de um termo anterior é:

- a) Li um livro de Rousseau
- b) foi de fato comprovado
- c) não está de todo destruída
- d) o simples fato de alguém cometer uma falácia
- e) o fogo é quente por meio da premissa

13. Abaixo aparecem indicados tipos diversos de textos; entre eles, o tipo que apresenta um modelo adequado é:

- a) tipo informativo: livros escolares;
- b) tipo normativo: regulamentos de condomínios;
- c) tipo publicitário: bulas de remédios;
- d) tipo didático: classificados;
- e) tipo instrucional: propaganda de celular.

14. Na frase “João sempre estudou muito, mas seus concorrentes nem sempre fizeram isso”, o verbo fazer substitui toda uma oração.

A frase abaixo em que ocorre o mesmo é:

- a) A mãe pediu que ninguém saísse, mas o filho fez o contrário múltiplas vezes;
- b) Enquanto a maioria estudava apenas teoria, uns poucos faziam exercícios;
- c) Nem todos os servidores públicos fazem as mesmas coisas todos os dias;
- d) Até os bombeiros chegarem, os médicos faziam atendimentos de emergência;
- e) Enquanto o chefe cozinhava a carne, o assistente fazia as sobremesas.

15. A frase em que NÃO há nenhum termo elidido é:

- a) Ela estuda muito, mas eu, não;
- b) Nem todos entendem o texto que leem;
- c) As pessoas não priorizam as mesmas coisas que você;
- d) João estuda tanto quanto o irmão;
- e) Vaidade demais traz grandes prejuízos para a estima.

### RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Carlos Henrique

16. Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo

VERDADEIRAS.

- I. Luan é médica ou Marinalva não é estagiária.
- II. Se Arapuã é artista, então Luan não é médica.
- III. Ou Oslani é egípcio, ou Marinalva é estagiária, mas não ambos.
- IV. Luan é médica ou Priscila é astrônoma.

A partir dessas informações, é correto afirmar que

- a) Priscila não é astrônoma ou Marinalva não é estagiária.
- b) Marinalva é estagiária e Arapuã não é artista.
- c) Se Luan não é médica, então Oslani é egípcio.
- d) Oslani é egípcio e Priscila não é astrônoma
- e) Arapuã é artista ou Priscila é astrônoma

17. Em um ponto distante da nossa galáxia Via Láctea há um peculiar planeta onde moram apenas dois habitantes: os irmãos ZAG e ZUG. Quando são perguntados sobre qualquer assunto, os habitantes desse planeta sempre respondem com uma única dentre as duas seguintes palavras: sim ou não. Sabe-se que ZAG sempre diz a verdade e ZUG sempre mente. Dentre as perguntas a seguir, qual é a única que, se for feita tanto para ZAG quanto para ZUG, gerará respostas diferentes?

- a) Seu irmão é mentiroso?
- b) Você é mentiroso?
- c) Você é o ZAG?
- d) ZUG é mentiroso?
- e) Seu irmão chama-se ZAG?

18. Em Brasília, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três raves; Master BSB (M), Nano Tech (N) e Primer BSB (P). Os resultados mostraram que:

- 420 pessoas gostam da rave M.
- 420 pessoas gostam da rave N.
- 500 pessoas gostam da rave P.
- 40 pessoas gostam das três raves.
- 200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves.
- 120 pessoas gostam das raves M e N.
- 140 pessoas gostam das raves M e P
- 100 pessoas gostam das raves N e P.

O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi igual a:

- a) 1500
- b) 1.140
- c) 1220
- d) 1260
- e) 1120

O enunciado abaixo refere-se às questões 19 e 20.

Luana, uma estudiosa aluna do Estratégia Concursos, passou para o SENADO FEDERAL em primeiro lugar. Resolveu, então, fazer um jantar de comemoração para quatro amigos. Sabe-se que Luana possui 12 amigos. Entre os seus amigos estão Liz e Matheus (o namorado da Liz).

19. Certa noite, supondo-se que Liz e Matheus só comparecerão ao jantar juntos, caso sejam convidados, o número máximo de possibilidades para o jantar de Luana é:

- a) 120
- b) 180
- c) 215
- d) 240
- e) 255

20. Outra noite, supondo-se que Liz e Matheus tenham brigado e, portanto, não possam ser convidados juntos, o total de jantares que Luana pode oferecer nessas condições é:

- a) 420
- b) 450
- c) 480
- d) 495
- e) 500

21. Em um órgão do Senado com 1000 servidores, 40% são analistas. O quadro de servidores é formado por 480 homens, sendo que 200 mulheres não são analistas.

Escolhendo aleatoriamente 1 servidor desse órgão e verificando que é homem, a probabilidade de ele NÃO ser analista é igual a:

- a)  $1/3$
- b)  $2/5$
- c)  $5/6$
- d)  $7/8$
- e)  $8/9$

**INGLÊS**

Andrea Belo

**TEXT 1**

Scientists say new dinosaur species is largest found in Australia. Scientists in Australia have classified a new species of dinosaur, discovered in 2007, as the largest ever found on the continent. The Australotitan cooperensis or "the southern titan", is among the 15 largest dinosaurs found worldwide.

Experts said the titanosaur would have been up to 6.5m (21ft) tall and 30m long, or "as long as a basketball court". Its skeleton was first discovered on a farm in south-west Queensland. Palaeontologists had worked over the past decade to identify the dinosaur - distinguishing it from other known species by comparing scans of its bones to those of other sauropods.

Sauropods were plant-eating dinosaurs known for their size. They had small heads, very long necks, long tails and thick, pillar-like legs (...)  
<https://www.bbc.com/news/world-australia-57394830>)

22. Based on the information about the discovery, the author's opinion implies that

- a) a new dinosaur specie was recently discovered
- b) many new animals' species were discovered in 2007
- c) the scientists who were there classified many species
- d) some continents were classified
- e) a new specie was found and classified

23. When the text informs "... distinguishing it from other known species by comparing scans of its bones to those of other sauropods", the term "its" refers to

- a) distinguishing

- b) known
- c) sauropods
- d) others
- e) species

**TEXT 2**

Chopra said as he re-emerged shortly afterward on Facebook live. "We were hoping for a million people and indeed we think we had them. "Chopra's global event was set to begin at 12 p.m. ET and meant to connect people's energy to heal the world at a time when we need it most, the event description says.

But Vimeo said user error was to blame. "What happened with this customer was not due to any technical issue with Vimeo's platform," a Vimeo spokesperson told CNN in a statement. "The customer had multiple admin users logged into the broadcast at once, which disrupted the stream." The online platform powers hundreds of thousands of live events with millions tuning in, according to Vimeo. "We've since addressed this directly with the customer to prevent this from happening in the future."

Chopra's meditation continued via Facebook Live offering a moment of zen for people in a time of uncertainty. The stream of the event is still accessible and has been viewed nearly 200,000 times on Facebook. "Let's all breathe together, while it's our responsibility to live apart," reads the event's website.  
(<https://edition.cnn.com/health>)



24. The extract that states the idea of something that did not go well on Text II is

- a) The meditation event was streaming live on Facebook first.
- b) A technical issue with Vimeo's platform caused the site crash.
- c) Vimeo's platform stopped working due to the huge number of viewers.
- d) A short number of people logged in to the live meditation session.
- e) The live stream crashed because of a Chopra's team mistake.

25. "Adressed" in "We've since addressed this directly with the customer to prevent this from happening in the future" on Text II indicates

- a) writing a name or address on an envelope.
- b) giving someone a particular name or title
- c) talking to someone in order to solve a problem.
- d) sending something to someone.
- e) giving a public speech about a subject.

26. When the Text II informs what happened to Deepak Chopra's live, one may infer that

- a) it had to continue his live stream on a different platform.
- b) its meditation event is no longer available online.
- c) it was expected fewer people on his live stream.
- d) its live session aimed to cure people infected with coronavirus.
- e) both Vimeo and Facebook live features crashed.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

27. O Corregedor Nacional de Justiça, no exercício de atribuição que lhe fora conferida pelo Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (Resolução 67/2009) requisitou das autoridades fiscal e monetária, no âmbito da União, informações sigilosas a respeito de João da Silva, juiz federal substituto, para apurar, a partir de fundados elementos de suspeita, em procedimento de investigação, suposta venda de sentença. O Banco Central e a Receita Federal do Brasil negaram acesso aos dados, pelo fato de não existir lei complementar que autorize, na hipótese, quebra de sigilo bancário e fiscal e em razão da inexistência de ordem judicial.

Sabendo que a Constituição Federal a todos assegura o direito à inviolabilidade de sigilo de dados, indique a alternativa correta, consoante posicionamento do Supremo Tribunal Federal e a redação da Lei Maior.

- a) A Resolução 67/2009 não poderia ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, mas poderia ser questionada por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental, dada a natureza subsidiária desta ação.
- b) As autoridades agiram corretamente, uma vez que a quebra de sigilo de dados só pode ser feita por meio de ordem judicial ou nas hipóteses autorizadas por lei em sentido formal.
- c) O dispositivo do Regimento Interno do CNJ é formalmente inconstitucional, porque a matéria deve ser disciplinada no Estatuto da Magistratura, lei complementar de iniciativa do Supremo tribunal Federal.

d) Embora constitucionalmente protegido, o sigilo de dados bancários e fiscais pode ser objeto de conformação regimental (lei em sentido material) devidamente justificada, para atender interesse público, com previsão de hipóteses de transferência de dados no interior da Administração Pública.

e) A norma regimental é formalmente constitucional, mas não guarda compatibilidade material com a Constituição Federal, uma vez que autoriza o acesso, sem ordem judicial, a dados sigilosos por mera requisição de autoridade administrativa.

**28.** Considere as seguintes normas do texto constitucional:

Art. 8º, inciso IV – “A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei”.

Art. 5º, inciso XXII – “É garantido o direito de propriedade”.

Art. 196 – “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Assinale a alternativa que indica, correta e respectivamente, a classificação das normas constitucionais elencadas no tocante à sua eficácia.

- a) Norma de eficácia contida, norma de eficácia plena e norma programática;
- b) Norma de eficácia limitada, norma de eficácia contida e norma de eficácia plena;
- c) Norma programática, norma de eficácia limitada e norma de eficácia contida;

d) Norma de eficácia plena, norma de eficácia contida e norma de eficácia limitada de princípio programático;

e) Norma de eficácia plena, norma de eficácia contida e norma de eficácia limitada de princípio institutivo.

**29.** O estado do Rio Grande do Sul emendou a sua Constituição, para vedar o transporte e o depósito ou qualquer outra forma de disposição de resíduos que tenham sua origem na utilização de energia nuclear e de resíduos tóxicos ou radioativos, quando provenientes de outros estados ou países. A respeito do assunto, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

a) A emenda é constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre meio ambiente.

b) A emenda é constitucional, porque a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente, de forma que sobre o tema, a União apenas fixa as normas gerais e os estados legislam sobre as normas específicas.

c) A emenda é inconstitucional, porque feriu a competência dos municípios para legislar sobre assunto de interesse local.

d) A emenda é inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre contratos, indústria e comércio.

e) É inconstitucional norma estadual que dispõe sobre a implantação de instalações industriais destinadas à produção de energia nuclear no âmbito espacial do território estadual.

30. O Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul julgou o mérito de representação de inconstitucionalidade proposta contra lei do município de Dourados-MS, por violação exclusiva de norma de reprodução obrigatória constante da Constituição estadual. A respeito do caso narrado, indique a assertiva correta.

- a) O Tribunal de Justiça, ao julgar a causa, invadiu a competência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, uma vez que o controle de constitucionalidade tem por parâmetro exclusivo a Constituição Federal.
- b) Da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, cabe a interposição de recurso extraordinário, porque o fundamento da decisão é preceito contido na Constituição Federal.
- c) Da decisão, não cabe recurso extraordinário, porque o controle de constitucionalidade de leis municipais não é da competência do Supremo Tribunal Federal, mas do Tribunal de Justiça.
- d) A decisão do Tribunal de Justiça possui eficácia contra todos e efeito vinculante.
- e) Controle de Constitucionalidade de norma municipal, da competência do Supremo Tribunal Federal, só pode ser feito pela via incidental.

31. A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.

- a) Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o foro por prerrogativa de função conferido aos deputados federais e senadores se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas.
- b) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a infidelidade partidária provoca a perda de mandato nas eleições proporcionais e nas eleições majoritárias.
- c) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo regimental da Câmara dos Deputados que limita em cinco a criação simultânea de Comissões Parlamentares de Inquérito, pois constitui obstáculo à livre atuação da função fiscalizadora da Casa Legislativa.
- d) Em decorrência da imunidade parlamentar, ao Judiciário é vedado, por autoridade própria, aplicar medidas cautelares processuais descritas no artigo 319 do Código de Processo Penal.
- e) A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios da autoridade judicial, de modo que pode, por autoridade própria, promover a busca e apreensão de documentos em ambientes domiciliares.

32. A respeito do processo legislativo constitucional, aponte a assertiva incorreta.

- a) No processo legislativo de reforma da Constituição Federal, a iniciativa popular está condicionada aos seguintes requisitos cumulativos: a) proposição subscrita por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional; b) representatividade mínima de cinco estados da federação, com pelo menos 0,3% de seus eleitores.
- b) A Constituição estadual não pode criar outras hipóteses de reserva de lei complementar, além daquelas que já são previstas na Constituição Federal.
- c) A Constituição Federal veda a edição de medidas provisórias para regulamentação da exploração dos serviços locais de gás canalizado.
- d) A Constituição Federal veda a reedição, na mesma sessão legislativa, de medidas provisórias rejeitadas, mas essa vedação não se aplica quando a perda da eficácia se dá por decurso de prazo.
- e) Projeto de lei de iniciativa do Presidente da República, dos tribunais superiores e do Procurador-Geral da República devem ter início na Câmara dos Deputados.

33. Decreto do Presidente da República excluiu a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e fixou que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos. Acerca do ato do Executivo, de acordo com a Constituição Federal, e nos termos do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

- a) Adaptações adicionais, nas provas físicas, de tecnologias assistivas além daquelas que o candidato com deficiência já utiliza, fere a isonomia entre os candidatos e faz prevalecer o interesse privado sobre o interesse público.
- b) É inconstitucional a interpretação que exclui o direito de candidatos com deficiência à adaptação razoável em provas físicas de concursos públicos.
- c) É inconstitucional a submissão genérica de candidatos com e sem deficiência aos mesmos critérios em provas físicas, sem a demonstração da sua necessidade para o exercício da função pública.
- d) A exclusão da previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência viola o bloco de constitucionalidade composto pela Constituição Federal e pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada à ordem jurídica brasileira com o "status" de Emenda Constitucional.
- e) É dever do Poder Público reconhecer a condição desigual de candidatos com deficiência e trata-los de modo desigual, proporcionalmente às suas desigualdades.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Herbert Almeida

**34.** José é servidor público federal no Ministério Alfa, mas obteve licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de dois anos. Com mais tempo disponível, José pode se dedicar aos trabalhos na sociedade empresária Alfa, entidade em que figura como sócio. A sociedade empresária Alfa vende computadores e acessórios, especialmente para o poder público, através de contratos administrativos.

Ao consultar as publicações oficiais, José tomou conhecimento que o Ministério Alfa estava promovendo licitação pública para seleção de propostas para fornecimento de hardwares, com o objetivo de modernizar os equipamentos e sistemas de informática.

Considerando a situação hipotética acima e levando em consideração a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e as disposições da Lei nº 14.133/2021, pode-se afirmar que:

- a) por se tratar de processo de licitação, a sociedade empresária Alfa poderá participar da licitação pública, desde que sejam respeitados os princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo.
- b) apesar de a Lei nº 14.133/2021 vedar a participação em licitação de agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, tal impedimento não se aplica quando o agente público estiver licenciado, tendo em vista que não estarão presentes os elementos indicadores de conflito de interesses.
- c) expressamente, a Lei nº 14.133/2021 veda apenas a participação do agente público do órgão ou entidade, mas não veda a participação de sociedade empresária na qual o agente seja sócio, permitindo assim a participação da entidade, por ausência de previsão legal e de conflito de interesses.
- d) não é possível afirmar, de plano, que a sociedade empresária Alfa terá vantagens na participação do certame, sendo que a administração e os órgãos de controle deverão analisar caso a caso,

aplicando a nulidade somente quando evidenciado conflito de interesse efetivo e concreto.

- e) ainda que o servidor esteja de licença à época do certame, não é possível a participação de empresa que possua no seu quadro de pessoal servidor público, efetivo ou ocupante de cargo em comissão/função gratificada, ou dirigente do órgão contratante ou responsável pela licitação.

**35.** José é ex-prefeito municipal e está sendo acusado de ato de improbidade administrativa, por ter, supostamente, causado lesão ao erário de forma dolosa. O ato foi praticado em dezembro de 2015, sendo que a ação de improbidade administrativa foi proposta pelo Ministério Público em outubro de 2017.

Sabendo que até hoje não houve sentença no juízo de primeiro grau e que a Lei nº 14.230/2021, publicada em outubro de 2021, trouxe um novo regime prescricional, José procurou o seu advogado, em outubro de 2022, para verificar possível ocorrência de prescrição intercorrente na ação de improbidade.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF sobre o tema, o advogado respondeu corretamente que:

- a) os princípios do direito administrativo sancionador não se aplicam às ações de improbidade, de tal forma que a reforma da Lei de Improbidade não poderá retroagir para beneficiar o réu em ações já em curso.
- b) a reforma da Lei de Improbidade é irretroativa, aplicando-se somente aos processos iniciados após a sua publicação.
- c) como o novo regime prescricional é irretroativo, os novos marcos temporais começaram a correr a partir da publicação da Lei nº 14.230/2021, motivo pelo qual ainda não se consumou o prazo de quatro anos para a ocorrência da prescrição intercorrente.



d) o novo regime prescricional é retroativo, por se tratar de norma processual, sendo ainda que a reforma da Lei de Improbidade deverá retroagir para beneficiar o réu em ações que ainda não transitaram em julgado e para os processos que, ainda que transitados em julgado, estão em regime de execução das penas e seus incidentes.

e) por se tratar de regime punitivo, as regras da Lei nº 14.230/2021, quando mais benéficas, devem retroagir para beneficiar o réu, aplicando-se o novo regime prescricional desde a propositura da ação.

**36.** Acerca da responsabilidade civil estatal, nos termos da jurisprudência mais atual do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta:

a) o Estado responderá de forma objetiva pelos danos causados a profissional de imprensa ferido, por policiais, durante cobertura jornalística de manifestação pública, aplicando-se ao caso a teoria do risco integral, uma vez que o Estado deve assegurar universalmente a segurança de todos durante operação policial.

b) o Estado responde subsidiariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado, quando os exames são cancelados por indícios de fraude.

c) o Estado responde subjetivamente pelos atos de tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiro.

d) a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício somente será caracterizada se o poder público tinha conhecimento de eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

e) a responsabilidade civil é sempre objetiva, nas situações em que o preso foragido pratica crime, bastando a demonstração do dano sofrido pelo particular.

**37.** Jorge é servidor federal e foi demitido em processo disciplinar, por fato também previsto na legislação penal.

Inconformado com o andamento do processo e aplicação da pena, Jorge buscou ajuda de advogado, relatando os seguintes fatos: (i) a denúncia apresentada foi anônima; (ii) a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar não fez exposição detalhada dos fatos imputados; (iii) ao longo do processo, a comissão processante pegou provas emprestadas produzidas no inquérito penal, mas que, a despeito da veracidade dos fatos apurados, foram coletadas de forma ilícita pela autoridade policial; (iv) a autoridade julgadora demorou quarenta dias para emitir a decisão do processo disciplinar; (v) a conduta que lhe foi imputada constava em artigo da Lei nº 8.112/1990 que previa a pena de demissão, mas Jorge pretendia questionar o mérito, alegando ter atuado como servidor exemplar ao longo da carreira.

Considerando a situação hipotética acima e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o seu advogado respondeu corretamente que:

a) É permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa, independentemente de sua licitude, em razão do princípio da verdade material que prevalece no processo administrativo.

b) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar causa nulidade, em virtude da presunção de prejuízo à defesa.

c) Não permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, uma vez que o poder-dever de autotutela imposto à Administração não pode confrontar disposição expressa da Lei nº 8.112/1990, que exige que a denúncia seja identificadora, nem a vedação constitucional ao anonimato.

d) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

e) A autoridade administrativa dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 132 da Lei n. 8.112/1990, desde que o ato seja acompanhado de justificativa e razoabilidade.

**38.** Nos termos da Constituição Federal de 1988, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Ademais, é dever da administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. Com base no que dispõe a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2001, é correto afirmar que

a) entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos diretamente do orçamento não estão obrigadas a divulgar o montante e a destinação dos recursos que receberam do poder público.

b) a classificação de uma informação como sigilosa deve observar o interesse público da informação, utilizando-se do critério menos restritivo possível, considerando-se a gravidade do risco à segurança da sociedade, bem como o prazo máximo de restrição de acesso.

c) as informações consideradas sigilosas são aquelas cujo acesso público fica restrito de maneira indefinida, por se entender que sua não publicidade é imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado.

d) o acesso à informação deve ser sempre total, vedada a concessão de acesso parcial às partes não sigilosas.

e) o requerimento de acesso à informação deve ser deferido independentemente da identificação do requerente, desde que este fundamente seu pedido com a exposição dos motivos determinantes de sua solicitação.

**39.** A empresa privada Malbaratamento S.A. estava interessada em prestar serviço estatal de policiamento de trânsito. Contudo, após participar de audiência pública com a prefeitura do município Alfa, titular dessa atividade, a empresa foi informada de que o serviço seria prestado por sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do referido ente. Ademais, na audiência pública, foi informado que a sociedade de economia mista prestaria diversas atividades, incluindo a autuação e aplicação de multas de trânsito. Irresignada com a situação, a empresa Malbaratamento S.A. solicitou pronunciamento de sua assessoria jurídica, sendo corretamente informada de que:

a) a sociedade de economia mista poderia realizar a prestação do poder de polícia de trânsito, desde que a delegação da atividade fosse realizada por contrato administrativo, após licitação pública, realizada em processo transparente e competitivo.

b) a sociedade de economia mista não poderia prestar o serviço, uma vez que o poder de polícia é indelegável para entidades administrativas de direito privado.

c) tanto a sociedade de economia mista como a empresa privada poderiam prestar o serviço, já que o STF passou a entender que o poder de polícia é delegável, por lei ou contrato, a entidades administrativas e a particulares.

d) somente as atividades de anuência estatal e de fiscalização poderiam ser delegadas, não se admitindo a delegação, para entidades administrativas de direito privado, da competência para aplicação de multas, pois se trata de atividade sancionatória, típica de Estado.

e) o poder de polícia de trânsito é delegável para entidades administrativas de direito privado, uma vez que se trata de serviço público próprio do Estado, prestado em regime não concorrencial, mas essa delegação deverá ocorrer por lei.

40. Suponha que determinada autoridade pretenda delegar parte de sua competência a um subordinado, para conferir celeridade e eficiência em questões administrativas do órgão. Com base no que dispõe a Lei nº 9.784/99 em matéria de delegação e avocação de competências, assinale a alternativa correta

- a) a delegação de competência pressupõe uma relação de subordinação hierárquica, sendo autorizada desde que não haja impedimento legal.
- b) a edição de atos de caráter normativo pode ser delegada, desde que haja conveniência, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- c) não poderá ser delegada a competência para proferir decisão em recurso administrativo, nem de processos que envolvam matéria de competência exclusiva da autoridade.
- d) a delegação poderá ser realizada independente de prazo e da ressalva de exercício da atribuição delegada.
- e) a autoridade delegada fica dispensada de mencionar que suas decisões foram proferidas em virtude da competência delegada.

**PROCESSO LEGISLATIVO**

Luiz Claudio

41. Maria, Senadora da República pelo Estado Alfa, preocupada em proteger a infância e a juventude, apresentou projeto de lei sobre a matéria no Senado Federal. Nesse caso, o citado projeto

- a) poderá estabelecer normas gerais e específicas de competência da União.
- b) deverá estabelecer normas de competência da União de natureza geral para aplicação nos âmbitos federal, estadual e distrital e normas específicas apenas para a esfera federal.
- c) poderá disciplinar a matéria apenas por meio de normas gerais, deixando para os Estados e o Distrito Federal o estabelecimento de normas suplementares.
- d) poderá estabelecer normas gerais e suplementares, enquanto houver omissão dos Estados e do Distrito Federal no disciplinamento da matéria em suas respectivas esferas de competência.
- e) caso seja aprovado e sancionado, resultará em lei que, após a devida promulgação e publicação, implicará a revogação das normas estaduais e distritais no que lhe for contrário.

42. O presidente da República apresentou à Câmara dos Deputados projeto de lei que estabelece a possibilidade de mulheres integrarem quaisquer Corpos e Quadros de Oficiais da Marinha do Brasil. A relatora da matéria na Casa revisora ofereceu duas emendas de redação para evitar defeitos de remissão legislativa, em observância à Lei Complementar nº 95, de 1998. Após aprovação pelo Senado Federal, o projeto foi sancionado pelo presidente da República no décimo dia após seu recebimento, sendo a lei promulgada pela autoridade competente. A respeito das normas que regem o processo legislativo, não é correto afirmar que

- a) o projeto de lei de iniciativa do presidente da República deve ser apresentado à Câmara dos Deputados, que atuará como Casa iniciadora.
- b) compete ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com a sanção do presidente da República.
- c) o citado procedimento legislativo obedeceu aos requisitos constitucionais relativos à iniciativa privativa do Presidente da República.
- d) considerando que houve emenda na fase revisional, o projeto deveria ter sido devolvido à Câmara dos Deputados para exame das emendas da Casa revisora.
- e) se a lei não fosse promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, a competência não seria repassada ao Presidente do Senado para promulgação em igual prazo nem ainda ao Vice-Presidente do Senado.

43. A Câmara dos Deputados, após rejeitar emendas oferecidas pelo Senado Federal ao Projeto de Lei nº XX/2022, o enviou ao Presidente da República, que sancionou a parte incontroversa do projeto de lei e vetou os dispositivos aos quais o Senado Federal havia oferecido emendas.

Nesse caso, o Presidente da República deve

- a) comunicar os motivos do veto ao presidente da Câmara dos Deputados no prazo de quarenta e oito horas.
- b) promulgar a parte sancionada logo após o Congresso Nacional conhecer do veto.
- c) promulgar a parte da lei decorrente da sanção e, deixar a publicação em suspenso até que ocorra a manifestação do Congresso Nacional sobre a parte vetada.
- d) promulgar a lei decorrente da parte sancionada e, caso o Congresso Nacional derrube o veto, a parte decorrente da derrubada do veto deverá ser promulgada como parte da mesma lei oriunda da parte sancionada.
- e) aguardar a manifestação do Congresso Nacional sobre o veto e, caso esse seja derrubado, promulgar uma única lei.

**44.** O Supremo Tribunal Federal foi provocado a se manifestar sobre a compatibilidade da Lei XX/2021 decorrente de projeto de lei de iniciativa do presidente da República, em matéria de iniciativa concorrente, aprovado pelo Congresso Nacional conforme o seguinte processo legislativo:

(I) o Presidente da República encaminhou projeto de lei à Câmara dos Deputados e, uma semana depois, solicitou urgência constitucional na sua tramitação;

(II) após mais de dois meses de tramitação, a Câmara dos Deputados, a fim de evitar que se prolongasse o sobrestamento de importantes deliberações, aprovou o projeto de lei integralmente por maioria absoluta de seus membros;

(III) para conferir celeridade ao procedimento, o Senado Federal, considerando ter recebido plena anuência da Câmara dos Deputados, aprovou o projeto por maioria simples, com singela alteração de mérito em seu texto e o encaminhou à sanção.

À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, é correto afirmar que o processo legislativo apresentou irregularidade:

- a) na fase I, apenas;
- b) na fase II, apenas;
- c) na fase III, apenas;
- d) nas fases II e III, apenas;
- e) nas fases I e III, apenas.

**45.** Em conformidade com a disciplina estabelecida pela Constituição Federal de 1988 para o processo legislativo, assinale a afirmativa correta.

- a) O Senado Federal não poderá aprovar emenda a projeto de lei que disciplina matéria de competência privativa do Presidente da República.
- b) É concorrente a iniciativa de lei que estabeleça aumento de remuneração de servidores públicos.
- c) Emenda parlamentar com pertinência temática com o projeto de lei de iniciativa do Presidente da República poderá aumentar despesas previstas.
- d) Em caso de sanção expressa a projeto de lei de iniciativa parlamentar sobre matéria de competência privativa extraparlamentar, a lei será constitucional em razão da concordância do chefe do Poder Executivo com o projeto, pois se o presidente da República considerasse o projeto inconstitucional, vetá-lo-ia, em observância aos preceitos constitucionais.
- e) A iniciativa popular será exercida perante a Câmara dos Deputados apenas por meio da apresentação de projeto de lei ordinária ou de lei complementar, não se admitindo que os cidadãos apresentem proposta de emenda à Constituição Federal. Dessa forma, no âmbito estadual, quando estabelecido em lei, a iniciativa popular deverá ser restrita à iniciativa de leis ordinárias e complementares.



**46.** Sobre as disposições constitucionais referentes às comissões parlamentares, é correto afirmar que

- a) podem discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma dos regimentos das Casas legislativas, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa.
- b) há previsão de criação, durante o recesso parlamentar, de Comissão representativa do Congresso Nacional escolhida pelos líderes partidários e pelos Presidentes das Casas legislativas, com atribuições definidas no regimento comum.
- c) quanto ao prazo de duração, as comissões parlamentares podem ser permanentes, temporárias e complementares.
- d) é competência das comissões parlamentares receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas e privadas.
- e) a quantidade de membros que devem integrar as comissões parlamentares é definida no próprio texto da Constituição Federal de 1988.

**47.** São requisitos constitucionais para a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI):

- a) requerimento de um terço dos membros da respectiva Casa legislativa, fato determinado, prazo certo de funcionamento e a definição da quantidade de membros do colegiado.
- b) requerimento de um terço dos membros da respectiva Casa legislativa, fato determinado, prazo certo de funcionamento e a definição do limite das despesas a ser realizado para viabilizar os trabalhos do colegiado.
- c) requerimento de um terço dos membros da respectiva Casa legislativa, fato determinado, prazo certo de funcionamento e a definição da quantidade de líderes que comporá a comissão.

d) requerimento de um terço dos membros da respectiva Casa legislativa, fato determinado, prazo certo de funcionamento e a definição sobre a escolha do Presidente e do Vice-Presidente da CPI.

e) requerimento de um terço dos membros da respectiva Casa legislativa, fato determinado e prazo certo de funcionamento.

**48.** Senadores da República combinaram entre si sobre a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com vistas a investigarem a corrupção generalizada no País. Para isso, levantaram, por meio de requerimento, assinaturas que somaram 50% (cinquenta por cento) da totalidade dos Senadores. No momento de constituição do colegiado, por meio de articulação, somente os Senadores de oposição ao Governo foram indicados e designados para se tornarem membros do colegiado. Foi definido prazo certo para o pleno funcionamento da comissão. Em função das preliminares apresentadas e com base nos preceitos constitucionais vigentes, escolha a afirmativa correta.

- a) Os procedimentos da criação da CPI atendem plenamente às exigências constitucionais sobre a matéria, não havendo qualquer reparação a ser observada, ensejando que a comissão possa funcionar de pleno direito.
- b) Os procedimentos de criação da CPI encontram-se viciados especialmente porque o quórum mínimo exigido para a sua criação não foi alcançado.
- c) Os procedimentos encontram-se viciados em função da indefinição do fato determinado, uma vez que a CPI pretende investigar fato genérico. Além disso, não foi observado o princípio da proporcionalidade partidária para constituição da comissão, previsto no texto constitucional.

d) Os procedimentos estão viciados porque o prazo certo constitucional para o funcionamento da CPI é de 60 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

e) Os procedimentos estão viciados porque o tema sobre corrupção generalizada no País somente pode ser investigado por comissão parlamentar mista de inquérito e não por CPI criada apenas no âmbito do Senado Federal.

**49.** Segundo a Constituição Federal, a lei delegada é um dos normativos previstos no processo legislativo federal. Ela é elaborada pelo Presidente da República, que solicita a delegação ao Congresso Nacional. Contudo, há matérias que não podem ser objeto de delegação ao chefe do Poder Executivo. Nesses termos, não podem ser delegados, exceto:

- a) os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional.
- b) os atos de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- c) a matéria reservada à lei ordinária.
- d) as matérias referentes aos planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- e) a matéria sobre a organização do Ministério Público.

**50.** O sistema bicameral de tramitação dos projetos de lei previstos na Constituição Federal apresenta características peculiares, o que requer definições precisas para que o procedimento não se torne viciado na forma e no conteúdo das matérias. Diante dessa preliminar, escolha a alternativa que corresponda aos preceitos constitucionais sobre os projetos de lei.

- a) As leis complementares serão aprovadas por maioria simples ou relativa.
- b) A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal terão início no Senado Federal.
- c) A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o promulgará.
- d) São fundamentos para que o Presidente da República vete, total ou parcialmente, um projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, a inconstitucionalidade e a contrariedade ao interesse público.
- e) Os ministros de Estado podem oficialmente apresentar projeto de lei ao Congresso Nacional para a sua devida tramitação.

**ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

Gabriela Zavadinack

51. A Lei de Responsabilidade Fiscal ampliou o rol de funções da Lei de Diretrizes Orçamentárias, trazendo ainda mais importância a esse instrumento de planejamento. Sobre a LDO, afirma-se corretamente que

- a) Deve conter a reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos, também, na lei de diretrizes orçamentárias.
- b) Não se admitem emendas ao Relatório Preliminar do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) Deve compreender o Orçamento da Seguridade Social, em que serão discriminados os créditos destinados aos órgãos e entidades vinculados à saúde, previdência e assistência social.
- d) o Anexo de Metas Fiscais que compõe a LDO 2023 estabelece metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas aos resultados nominal e primário referentes aos anos de 2022, 2023 e 2024.
- e) O Anexo de Metas Fiscais conterá demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.

52. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios. Nesse cenário, transferências repassadas diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere, passando a pertencer ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira e aplicadas em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente federado beneficiado são denominadas:

- a) emendas de relator.
- b) transferência com finalidade definida.

- c) transferência tributária constitucional.
- d) emendas de remanejamento.
- e) transferência especial.

53. O planejamento governamental é uma atividade permanente da administração pública, além de constituir uma função essencial de Estado. O processo de planejamento compreende a escolha de políticas públicas com seus instrumentos de planejamento e de modelos que sejam capazes de combater os problemas a serem enfrentados pela sociedade em um ambiente escasso de recursos (financeiros, organizacionais, informacionais e tecnológicos). O estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas para a administração pública formata um Plano que combina aspectos políticos e técnicos para implementação das políticas públicas. Sobre o Projeto de Lei do Plano Plurianual, assinale a alternativa correta:

- a) a lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá as diretrizes e metas de política fiscal.
- b) A proposta de modificação do projeto de lei do plano plurianual enviada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional somente será apreciada se recebida até o início da votação do Relatório Preliminar na Comissão Mista de Orçamento.
- c) Não poderão ser apresentadas emendas ao projeto de lei do Plano Plurianual.
- d) O Congresso Nacional poderá realizar audiências públicas regionais, para debater o projeto, quando de interesse de Estado ou Região Geográfica.
- e) acompanhará o projeto de lei do Plano Plurianual da União o Anexo Específico da União, com as metas de inflação para o período.

**54.** A Lei Orçamentária da União é uma lei ordinária, temporária e especial de iniciativa do Presidente da República, que estima receita e fixa despesas para o exercício financeiro a que se refere. Sobre o orçamento anual, marque a assertiva incorreta:

- a) O projeto de Lei Orçamentária Anual será dividido em 15 áreas temáticas, dentre as quais estão Transporte, Saúde, Educação e Cultura, Integração Nacional e Esporte.
- b) A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes.
- c) O projeto de Lei Orçamentária Anual conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais.
- d) O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- e) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

**55.** Os créditos adicionais são o mecanismo utilizado pelo Poder Executivo para realizar alguma alteração na Lei Orçamentária Anual durante a sua execução, consistindo em autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Sobre o tema, afirma-se corretamente que:

- a) Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo, promovendo alteração qualitativa na lei orçamentária anual.
- b) Os projetos de lei de créditos adicionais somente serão apreciados pela Comissão Mista de Orçamento até o dia 10 de novembro de cada ano.
- c) Com relação aos créditos extraordinários abertos por medida provisória, somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente.
- d) O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, o excesso de arrecadação e a economia orçamentária são exemplos de fontes para abertura de créditos adicionais.
- e) Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e suplementares.

**REGIMENTO COMUM E INTERNO**

Miguel Gerônimo

56. O presidente do Senado Federal esclareceu ao Plenário as hipóteses de sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e os critérios para sua convocação e direção. Quanto aos esclarecimentos apresentados a seguir, não é correto que

- a) as sessões conjuntas podem ser realizadas para promulgar propostas de emenda à Constituição e matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional.
- b) as sessões que não tiverem data legalmente fixadas serão convocadas pelo Presidente do Senado ou seu Substituto, com prévia audiência da Mesa da Câmara dos Deputados.
- c) as sessões conjuntas somente poderão ser realizadas no Plenário do Senado Federal se esse local for devidamente escolhido e previamente anunciado.
- d) a sessão conjunta destinada à apreciação de projeto somente poderá ser iniciada com a presença mínima de um sexto da composição de cada Casa.
- e) Câmara dos Deputados e Senado Federal poderão realizar sessão conjunta comemorativa de data nacional por proposta das Mesas de ambas as Casas.

57. Senador eleito pelo Estado Ômega nas eleições gerais realizadas em 2 de outubro de 2022 manifestou interesse em entender sobre a interpretação das regras regimentais aplicáveis às sessões conjuntas. Então, solicitou a seu assessor político que telefonasse para o Senado Federal em busca de orientações. O servidor do Senado que prestou os esclarecimentos por telefone confundiu regra do Regimento Comum do Congresso Nacional com previsão do Regimento Interno do Senado Federal e equivocou-se ao prestar uma das informações sobre questão de ordem. Foi incorreto afirmar que, nos trabalhos conjuntos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal,

- a) constituirá questão de ordem, suscetível em qualquer fase da sessão, pelo prazo de cinco minutos, toda dúvida sobre a interpretação do Regimento Comum do Congresso Nacional, na sua prática exclusiva ou relacionada com a Constituição.
- b) a questão de ordem deve ser objetiva, indicar o dispositivo regimental em que se baseia, referir-se a caso concreto relacionado com a matéria tratada na ocasião, não podendo versar tese de natureza doutrinária ou especulativa.
- c) para contraditar a questão de ordem, será permitido, a um Congressista, falar por prazo não excedente a cinco minutos.
- d) a questão de ordem será decidida pelo Presidente, com recurso para o Plenário, de ofício ou mediante requerimento, que só será aceito se formulado ou apoiado por líder.
- e) quando a Presidência da sessão conjunta resolver questão de ordem, nenhum Senador ou Deputado Federal poderá renová-la na mesma sessão.



58. Em sessão conjunta realizada no dia 21 de julho de 2022, no Plenário da Câmara dos Deputados, o Senhor Presidente do Senado Federal, na condução dos trabalhos, informou ao Plenário que constavam da pauta os Vetos nºs 46, 65 e 67, de 2021, e os Vetos nºs 9 e 36, de 2022. Em sequência, anunciou a discussão em globo dos Vetos nºs 46, 65 e 67, de 2021, e dos Vetos nºs 9 e 36, de 2022. O primeiro orador inscrito para discutir era um Deputado. Em relação à apreciação de vetos presidenciais, julgue os itens a seguir:

- I. O Congresso Nacional apreciará o veto em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar da sua protocolização na presidência do Senado Federal, sendo a sessão realizada, em regra, no Plenário da Câmara dos Deputados.
- II. A discussão dos vetos constantes da pauta será realizada em globo, e cada orador inscrito que utilizar da palavra para debater a matéria disporá de cinco minutos.
- III. Em regra, os debates são iniciados por Deputado e, após a discussão por quatro Senadores e seis Deputados, terá início o processo de votação por cédula, podendo os líderes orientar suas bancadas por até um minuto.

Assinale:

- a) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- b) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- c) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- d) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

59. A Constituição Federal confere à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal competência para, em sessão conjunta, elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas. Em relação às regras regimentais que regem os trabalhos conjuntos das Casas que compõem o Congresso Nacional, julgue os itens a seguir:

- I. A Minoria no Congresso Nacional terá líder a ser escolhido anualmente, de forma alternada entre Senadores e Deputados Federais, e dezoito vice-líderes.
- II. Em regra, as Comissões Mistas serão compostas por onze Senadores e onze Deputados, obedecido o critério da proporcionalidade partidária, e o calendário para a tramitação de matéria sujeita ao seu exame deverá constar das Ordens do Dia do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.
- III. Em razão do princípio da publicidade, a realização de sessão secreta ocorrerá apenas em caráter excepcional e somente por deliberação do Plenário a requerimento de líder.

Assinale:

- a) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- b) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- c) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- d) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

60. João, eleito Senador da República nas eleições de 2 de outubro de 2022, compareceu à sede do Senado Federal, em Brasília, na semana seguinte à sua eleição para obter informações referentes ao exercício do mandato parlamentar naquela Casa. Em conversa com técnico legislativo e candidato ao cargo de Advogado no concurso do Senado Federal, foi corretamente orientado apenas quanto à previsão de que

- a) o candidato deveria apresentar previamente à Mesa o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, para publicação no Diário do Senado Federal, mas não precisaria obrigatoriamente tomar posse na reunião preparatória a ser realizada a partir de 1º de fevereiro de 2023, pois poderia tomar posse em sessão deliberativa do Senado após a inauguração da sessão legislativa em sessão conjunta do Congresso Nacional.
- b) o Senado Federal reunir-se-á anualmente, de 1º de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro, sendo o dia 1º de fevereiro reservado às reuniões preparatórias.
- c) o Senado Federal tem sede no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, e as sessões preparatórias para inauguração da sessão legislativa ocorrem no Plenário da Câmara dos Deputados, em sessão conjunta.
- d) a reunião preparatória para posse dos Senadores no início da legislatura independe de quórum para sua realização, uma vez que o evento possui apenas caráter solene.
- e) no início da 57ª Legislatura, em 2023, as reuniões preparatórias serão realizadas no dia 1º de fevereiro, por determinação regimental, pois esses eventos precedem a inauguração dos trabalhos da sessão legislativa ordinária e, nessa data, iniciam-se a legislatura e o mandato parlamentar dos candidatos eleitos no ano anterior.

61. Maria, candidata ao Senado Federal eleita nas eleições de 2022, consultou a assessoria jurídica do partido político ao qual encontrava-se filiada para obter esclarecimentos quanto às possibilidades de tramitação de projeto de lei para modificar as regras referentes ao porte de armas. Dentre as informações obtidas, não é correto afirmar que

- a) o projeto de lei de iniciativa de membro do Senado Federal deveria ser encimado por ementa e apresentado em plenário durante o Período do Expediente.
- b) o projeto de lei de iniciativa de Senadora seria submetido a procedimento legislativo abreviado e, durante sua tramitação pelas comissões do Senado, o projeto não poderia ser apreciado em regime de urgência.
- c) o projeto de lei seria submetido a turno único de discussão e votação e, por estar sujeito à apreciação terminativa nas comissões, em nenhuma hipótese poderia ser submetido a turno suplementar, o qual é previsto em caso de aprovação de substitutivo integral pelo Plenário.
- d) ao final da legislatura em que foi apresentado, o projeto de lei não seria arquivado se sua autora permanecesse no exercício do mandato.
- e) a comissão que tiver competência para decidir sobre o projeto de lei em deliberação terminativa deliberará por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, pelo processo nominal.

**62.** Segundo o Regimento Interno do Senado Federal, é correto afirmar que

- a) na votação pelo processo simbólico, os Senadores que aprovarem a matéria deverão permanecer sentados, levantando apenas as mãos os que votarem pela rejeição.
- b) terminada a apuração, o Presidente proclamará o resultado da votação, especificando, além dos os votos favoráveis e contrários, apenas os votos em branco e as abstenções.
- c) no grupo das emendas de parecer favorável incluem-se as de comissão, salvo se houver sido requerido destaque dessas.
- d) a votação é considerada iniciada a partir da concessão da palavra para seu encaminhamento pelos oradores inscritos.
- e) o destaque de partes de qualquer proposição, bem como de emenda do grupo a que pertencer, pode ser concedido, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador.

**63.** As sessões são encontros dos parlamentares no âmbito do Plenário do Senado Federal. Trata-se da reunião da plenitude dos Senadores para debater, discutir e votar matérias de interesse do País e das unidades da federação. Em conformidade com as disposições do Regimento Interno do Senado Federal, as sessões podem ser:

- a) deliberativas, não deliberativas e externas.
- b) legais, ordinárias e extraordinárias.
- c) regulares, irregulares e bicamerais.
- d) deliberativas, não deliberativas, especiais e de debates temáticos.
- e) não deliberativas, deliberativas e senatoriais.

**64.** Comissões são colegiados com a competência para discutir e votar matérias no âmbito dos seus campos temáticos, além analisar e emitir pareceres sobre assuntos de interesse da sociedade e do Senado Federal. Baseado nessa preliminar, assinale a alternativa incorreta, conforme as disposições do Regimento Interno do Senado Federal.

- a) As Comissões Diretoras; de Assunto Econômico; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa são colegiados permanentes.
- b) Em regra, as comissões temporárias se extinguem: a) pela conclusão da sua tarefa; ou b) ao término do respectivo prazo de duração; c) ao término da sessão legislativa ordinária.
- c) Em comissão parlamentar de inquérito, o Senador somente poderá integrar dois colegiados, uma como titular, outra como suplente, sendo que a comissão terá suplentes em quantidade igual à metade do número dos titulares mais um.
- d) A direção das comissões permanentes é composta por um Presidente e um Vice-Presidente, sendo que a escolha deles é realizada por votação secreta.
- e) Em regra, as comissões deliberaram por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, sendo as deliberações terminativas tomadas pelo processo simbólico.

65. O Regimento Interno do Senado Federal reservou título específico para dispor sobre as proposições, a exemplo dos projetos de lei. Nesse sentido, assinale a afirmativa correta, com base nas disposições do citado regramento interno.

- a) Consistem as proposições em propostas de emenda à Constituição; projetos; requerimentos; indicações; pareceres; emendas.
- b) Os projetos de lei se referem à matéria da competência exclusiva do Congresso Nacional, sem a sanção do Presidente da República.
- c) Os projetos de decreto legislativo se referem à matéria da competência do Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República.
- d) Não são admissíveis requerimentos de informações para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora.
- e) É admissível requerimento de inserção em ata de voto de pesar por falecimento específico de Procurador-Geral da República.

#### LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PROCESSO LEGISLATIVO

Adriane Fauth

66. João e Maria estavam discutindo acerca do Conselho de Comunicação Social, previsto na Lei nº 8.389/91, desse debate concluíram corretamente que:

- a) Compete ao Conselho de Comunicação Social elaborar seu regimento interno que, para entrar em vigor, deverá ser aprovado pela mesa do Congresso Nacional.
- b) As despesas com a instalação e funcionamento do Conselho de Comunicação Social correrão à conta do orçamento da Câmara dos Deputados.
- c) Os membros do conselho deverão ser brasileiros, maiores de trinta e cinco anos e de reputação ilibada.
- d) Os membros do conselho terão estabilidade no emprego durante o período de seus mandatos.

e) O conselho, presente a maioria simples dos seus membros, reunir-se-á, ordinariamente, na periodicidade prevista em seu regimento interno, na sede do Congresso Nacional.

67. O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, a respeito das disposições da Lei nº 8.183/91, assinale o item correto:

- a) Cabe Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República executar as atividades permanentes necessárias ao exercício da competência do Conselho de Defesa Nacional - CDN
- b) Compete ao Conselho de Defesa Nacional propor os critérios e condições de utilização das áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo;
- c) O Conselho de Defesa Nacional reunir-se-á por convocação do Presidente da República ou do Vice-Presidente.
- d) Compõe o Conselho de Defesa Nacional 6 (seis) cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade, todos com mandato de 3 (três) anos, vedada a recondução.
- e) O Conselho de Defesa Nacional não poderá contar com órgãos complementares necessários ao desempenho de sua competência constitucional.

68. O Presidente da República, com o intuito de nomear membros do Conselho da República, consultou a sua assessoria a respeito da composição do respectivo Conselho. Diante disso, foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que dele participam:

- a) 4 cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade, todos com mandato de 4 anos, vedada a recondução, sendo 2 nomeados pelo Presidente da República.
- b) 7 cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade, todos com mandato de 3 anos, vedada a recondução, sendo 3 nomeados pelo Presidente da República.
- c) 6 cidadãos brasileiros naturalizados, com mais de 35 anos de idade, todos com mandato de 3 anos, vedada a recondução, sendo 2 nomeados pelo Presidente da República.
- d) 4 cidadãos brasileiros naturalizados, com mais de 35 anos de idade, todos com mandato de 3 anos, vedada a recondução, sendo 2 nomeados pelo Presidente da República.
- e) 6 cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade, todos com mandato de 3 anos, vedada a recondução, sendo 2 nomeados pelo Presidente da República.

69. Na data de 23 de outubro de 2005, os cidadãos brasileiros foram consultados acerca da proibição do comércio de armas de fogo e munições no país, visando a alteração no art. 35 do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), proibindo a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, ou seja, consultava-se se o povo ratificaria ou rejeitaria o dispositivo em vigor. Essa consulta ocorreu por meio de:

- a) iniciativa popular.
- b) referendo, autorizado pelo Presidente da República.
- c) referendo, autorizado pelo Congresso Nacional, através de decreto legislativo.

d) referendo, autorizado pelo Congresso Nacional, através de lei.

e) plebiscito, convocado pelo Congresso Nacional.

70. No que tange à Lei nº 9.709/98, que dispõe a respeito de plebiscito, referendo e iniciativa popular, analise os itens abaixo:

I. O plebiscito ou referendo, convocado nos termos da presente Lei, será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

II. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei ao Senado Federal, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

III. A incorporação de Estados entre si, subdivisão ou desmembramento para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, dependem da aprovação da população diretamente interessada, por meio de referendo realizado na mesma data e horário em cada um dos Estados, e do Congresso Nacional, por lei complementar, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.



# Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-Senado-AL-Processo-Legislativo-09-10>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>